

ATA DA 169ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de março de 2008, na sala de reuniões do CAP, Paranaguá – PR, às 09h40min, sob a presidência do Sr. Paulo Augusto Rocha de Vasconcellos, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos **Conselheiros**: Rivaldo Pinheiro Dantas, Daniel Lucio Oliveira de Souza, Antonio Ricardo dos Santos, Carlos Alberto Silveira Calvo, Sandro Flores Monteiro, Edson César Aguiar, Jéferson Fernando Hining, Osmar Petersen, Carlos Antônio Tortato, Wilson Moraes da Silva, Ademir Scomasson, Zulfiro Antonio Bósio, Ismael Alves Pires Neto, Luiz Antonio Fayet, Juarez Moraes e Silva, José Roberto de Almeida Corrêa, Luciano Cardoso Denardi, João Gilberto Cominese Freire. **Convidados**: Representante da Capitania dos Portos do Paraná, CMG Marco Antonio do Amaral Silva. **Justificativas de ausência**: Conselheiros: José Baka Filho, Michael Martins da Silva, Wilen Manteli, Arivaldo Barbosa José, Maria do Socorro de Oliveira, Cláudio Fernando Daudt, Hário Mirzo Tieppo Junior. I - **ABERTURA DOS TRABALHOS** – Palavra do Presidente. Ao abrir a Reunião o **Presidente** pediu aos Conselheiros que fossem concisos em suas manifestações, para evitar que a Reunião se prolongasse em demasia, bem como manifestou a sua decepção com a atitude do Conselheiro Wilen Manteli, quanto à divulgação, pela imprensa, do Ofício 011/2008 – ABTP, a ele dirigido e no qual o Conselheiro Manteli pretendeu desmentir a sua concordância com a Deliberação aprovada pelo CAP, na reunião anterior, conforme ficou comprovado com a degravação, na íntegra, da fita original, cuja cópia foi distribuída a todos os membros do Conselho, por meio da CI nº 008/2008. II – **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 168ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Aprovada por unanimidade, registradas as abstenções dos Conselheiros Bósio e Fayet, por não terem participado da Reunião relatada, tendo o Presidente alertado para o fato de não ser aceitável que, a partir desta data, as pessoas pretendam contestar o que nela está escrito. III – **POSSE** – Em face de correspondência e Portaria de recondução de Conselheiros, encaminhadas ao Conselho, após a pauta já haver sido distribuída, por indagação do Presidente, o Colegiado decidiu dar posse aos Conselheiros, adiante relacionados: Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins – Conselheiro **JOÃO GILBERTO COMINESE FREIRE** – Representante Titular dos Terminais Retro-portuários; Bloco dos Trabalhadores Portuários – Conselheiro **OSMAR PETERSEN** – Representante Titular dos Trabalhadores Portuários Avulsos; Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins – Conselheiro **LUIZ ANTONIO CAMARGO FAYET** – Representante Titular dos Exportadores e Importadores de Mercadorias. III – **ORDEM DO DIA**: Houve inversão de pauta pelo fato de o representante do Estado não se encontrar em Plenário, no momento em que foi atingida essa etapa da pauta, abordando-se então, inicialmente, o item de nº 3. **PRODUTIVIDADE NAS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS EM 25 DE DEZEMBRO (NATAL) E 1º DE JANEIRO (ANO NOVO)** – O Conselheiro Juarez fez uma breve explanação sobre a produtividade média anual do TCP, medida pela ANTAQ e pela ABRATEC e comparou esse dado com a produtividade alcançada nos dois berços do Terminal de Contêineres nos dias 25 de dezembro e 1º de janeiro. A média de movimentos em 2007 foi de 37 movimentos, colocando o TCP entre os cinco melhores no ranking, sendo Santos o primeiro colocado, com 40 movimentos. Nos dois dias mencionados houve operação em quatro navios. Ficou constatado que, em apenas um dos berços e num único navio, no dia 25 de dezembro, a produtividade foi ligeiramente menor que essa média. No dia 25 foram realizados 609 movimentos e no dia 1º de janeiro 957 movimentos, que são marcas bastante expressivas na operação daquele Terminal. O Conselheiro Osmar agradeceu a divulgação desses dados e declarou haver percebido que as informações sobre pouca movimentação de carga não tinham fundamento. O

assunto foi dado por encerrado, pelo Presidente. **1. CUMPRIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO Nº 160/2007 – APPA – Representante Suplente do Governo do Estado – O Conselheiro Daniel** explicou que solicitou a retomada do assunto, porque a não aplicação da referida Ordem de Serviço está gerando uma série de dificuldades operacionais, até pela atual dimensão do quadro funcional da APPA, que não tem conseguido acompanhar o crescimento do movimento do Porto. Disse que, se a Ordem de Serviço 160/2007 fosse aplicada, teriam tido a liberação de funcionário na balança, na amarração e em outras áreas. Solicitou o imediato cumprimento da O.S 160/2007. O **Presidente** disse que com o começo da safra podem voltar aos velhos problemas, como filas de caminhão, e por isso há necessidade de resolver o assunto com a boa vontade de todas as partes. **Conselheiro Edson** – Disse que desde o primeiro momento o SINDOP tinha a intenção de ajudar. Entende que, em função da responsabilidade, a operação não pode ser fracionada. Como exemplo, explica que o “ship-loader” passa ao operador portuário, mas o painel, que o comanda, não, mesmo sendo tão importante quanto o “ship-loader”. Na sua opinião, ou se passa todo o sistema ou nada se passa. Disse que a operação completa é importante e que os Operadores Portuários têm todo o interesse na operação de ponta a ponta. Para pensar na Ordem de Serviço 160/2007, precisam pensar na operação como um todo. Disse que a gestão fracionada não lhes interessa. Que esta Ordem de Serviço não está vigorando porque alguns itens do seu texto são imposições, as quais acredita que não deveriam existir. Uma delas é a de que a operação seja feita por TPAs, pois essas atividades não são de TPAs; e no seu entendimento, devem ser buscadas novas formas de contrato. Reforçou a posição de discordância quanto à operação fracionada e à requisição obrigatória de mão-de-obra ao OGMO, para esse fim. **Conselheiro Sandro** – Disse que os gargalos já existem, porque deixam de embarcar 18 mil toneladas de grãos por dia, em função da troca de turnos no “ship-loader”. O assunto é importante e deve ser resolvido. Sugeriu que se faça uma comissão para a busca de uma solução. **Conselheiro Wilson** - Disse que não está criticando, mas acredita que se deve considerar a economia que está sendo feita em cima do trabalhador. O silão é um complexo, com moega, operador de “ship-loader”, operador de painel e de botoeira. Existe um horário e os horários para toda essa equipe são diferentes, por exemplo: o operador entra às 7 da manhã num “ship-loader” e sai às 15:00 hs, sem intervalo, sem água, sem poder ir ao banheiro. Outro trabalhador entra às 15:00 hs e sai às 23:00 hs, ressaltando que, quando estes sobem para o equipamento, passam por ratos e pombos, expondo-se a zoonoses. Disse que, quem subir no equipamento, verá a mínima segurança, pois já tiveram caso de funcionários que contraíram doenças pela falta de proteção. A manutenção não é adequada, há sujeira, soja podre e o trabalhador está fazendo trabalho escravo, sem almoço, sem água, sem as mínimas condições. Falou sobre a existência de um documento assinado no qual estaria dito que o trabalhador dá mais produtividade de dia e que não é preciso fazer manutenção à noite. Na semana passada, houve um dia em que a APPA não havia escalado nenhum electricista, nem mecânico, para a noite e ocorreu que o bico de um “ship-loader” ficou preso dentro do porão, faltou luz e não conseguiram resolver o problema. Até encontrarem o electricista choveu, molhou o porão e tudo isso aconteceu para não se pagar um plantão a um desses profissionais. Isso não é uma crítica, mas um retrato do dia-a-dia. Disse que colocará tudo num relatório e encaminhará ao Governador, para que ele tome providências, porque está solicitando audiência à APPA para tratar desses assuntos e nunca é recebido. Essa faina do complexo do Corredor de Exportação é do Trabalhador Portuário e não há porque fazer acordo coletivo com os arrumadores que, na maioria das vezes, não têm qualificações. Disse acreditar que para um funcionário estar num cargo público, tem que estar precedido de um concurso. **Conselheiro Rivaldo** – Disse que, o que observa é que, neste

Conselho, o que é aprovado, se contrariar algum grupo não é aceito e, por isso, questiona qual é a finalidade das reuniões do CAP. **Conselheiro Daniel** – Está satisfeito com a colocação do Conselheiro Wilson. Subiu no ship-loader, foi nos silos, viu a soja podre, viu pombos, viu ratos, ship-loader enferrujado e conversou com vários operadores portuários de ship-loader. Fotografou tudo e registrou a situação precária de tudo, porque se fazia reparos e manutenção pra funcionalidade, mas os ship-loaders não passaram pela devida manutenção. A situação é muito ruim mesmo, mas se encontram numa situação complicada porque ao mesmo tempo atendem uma demanda posta a APPA, mas não possuem a estrutura funcional adequada pra atender. Por não terem operadores em equipamento em suficiência, os trabalhadores fazem duas horas a mais, sem intervalo, ou sem fazer suas necessidades, que foi o que viu. Pra montar as equipes de amarração, precisa de 70 homens, 70 auxiliares de serviços gerais. Nas balanças precisa de mais de 70 homens. Só de auxiliares de serviços gerais, que são funcionários e que podem exercer essas funções são 165 auxiliares de serviços gerais no cargo e só possuem 130. O que os força a esticar o cobertor e fazer mais duas horas, pro Porto não parar. Em relação a alegação do Conselheiro Wilson de não ser atendido salienta que não se nega a atender, desde que seja com assunto e pauta de discussão definidos. **Conselheiro Sandro** – Disse que o porto está parando e que, inclusive, estão faltando turnos, ou seja, existem “ship-loaders” parados por falta de pessoal; que isso significa 500 caminhões por dia que deixam de colocar produto nesse porto, que isso significa 20% do movimento da triagem. Disse que o porto pára e que todos estão pagando por essas cerca de 20 mil toneladas. **Conselheiro Wilson** – Disse que não há porque colocar o pessoal de fora, fazendo o trabalho que é do portuário, que é da Autarquia. E que, se forem fazer um levantamento sobre isso, verão que as coisas não são como dizem. Que tudo poderia ser evitado, se a Administração recebesse os representantes dos trabalhadores. **Conselheiro Edson** – Pede que a APPA participe na busca dessa solução. - Apesar de a APPA insistir no restabelecimento da Ordem de Serviço 160/2007, após um exaustivo debate, do qual participaram nada menos que nove integrantes do Conselho, em diversas inscrições, ficou acertado, por compromisso do Conselheiro Daniel – representante do Governo do Estado – que a APPA se encarregará de promover uma reunião e constituir um Grupo de Trabalho, com todas as partes interessadas, de modo a encontrar uma solução urgente para o encaminhamento da questão da operação do Corredor de Exportação, tendo em vista a proximidade do início do escoamento da próxima safra de grãos. **2. CUMPRIMENTO PELA APPA, DA PORTARIA Nº 26 DA SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES E ORGANIZAÇÃO DOS CENTROS DE TREINAMENTO PROFISSIONAIS – CTP DE PARANAGUÁ.** - Representante Suplente do Governo do Estado - O **Conselheiro Daniel** informou que recebeu a atribuição de coordenar esse assunto, no âmbito da APPA e que já fez contatos com a Universidade Federal do Paraná, com o Setor de Ensino Profissional Marítimo da DPC e com o Presidente do CAP, de modo a implementar, no menor tempo possível, a realização de cursos na cidade, tendo por base os cursos já existentes e ministrados pela DPC. O **Presidente** pede que levem ao Conselheiro Arivaldo o seu pedido de informações sobre cursos promovidos pelo MEC, aos quais este último fez menção na 168ª Reunião, pois consultou diversas fontes sobre isso e nada encontrou, razão pela qual necessita de outros subsídios. O **Conselheiro Bósio** disse que, há seis anos atrás, este assunto foi abordado e discutido no CAP, tendo sido decidido que poderiam ser dados cursos aprovados pelo MEC, desde que aprovados pelo SENAI, que tem interesse em ajudar nesse sentido. O **Conselheiro Daniel** disse que a área do Centro foi doada à Fundação Tecnológica do Paraná – FUNTEC que, por sua vez a transferiu à estrutura ao IFET, que é mantido pela Universidade Federal do Paraná. As Universidades Federais do Paraná, além dos cursos de graduação, mantêm cursos

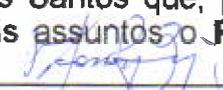
técnicos, que se parecem com os do CEFET. As Universidades só ficaram com os cursos de graduação; os cursos técnicos passaram para o IFET que, no Paraná, terá sete unidades. Revelou que teve uma conversa com o Diretor do IFET e que nela lhe foi dito que a unidade de Paranaguá, transferida para aquele instituto, será voltada não apenas para o Porto, mas, também, para as demandas de toda a comunidade. Na sua opinião, os cursos do Centro podem ser feitos em paralelo. Disse, ainda, que nessa mesma conversa com o Diretor do IFET estudaram possibilidades do que poderia ser feito, em termos de convênio ou utilização da mesma estrutura, avaliando, igualmente, ou se haveria algum impedimento legal. Analisaram, também, a possibilidade de a Administração criar um Centro de Treinamento Portuário, autorizado pelo CAP e conveniado com o DPC. O Presidente solicitou que fosse agendada uma visita dos Conselheiros, que assim o desejarem, ao Centro de Treinamento, se possível no final da tarde do dia 16 de abril, em face de já haver agendado uma outra visita, nessa mesma tarde, ao Terminal da Ponta do Félix.

4. INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS À DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM PARANAGUÁ – OFÍCIO Nº. 303/2008-DPF/PGA/PR – O Conselheiro Edson - Presidente do SINDOP informou que foi contratada uma assessoria jurídica para prestar essas informações, razão porque necessitava de nova dilação do prazo. O Conselheiro Daniel - representante suplente do Estado, na condição de Diretor Administrativo da APPA, manifestou a intenção de só apresentar as suas razões após conhecer a manifestação do SINDOP. O Presidente disse discordar desse impasse, por considerar que se trata de informações distintas e manifestou o seu incômodo, por estar intermediando esse assunto, junto a Polícia Federal e propôs ao Plenário que lhe fosse autorizado oficiar a essa última para solicitar que as partes envolvidas se reportassem diretamente a ela. A proposta foi aceita à unanimidade e o Presidente foi incumbido de oficiar ao Delegado Julio Kummer, já nos próximos dias.

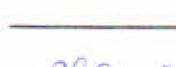
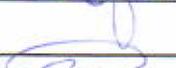
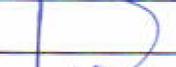
IV – EXPEDIENTE: Foram distribuídos, previamente, todos os documentos, conforme Expediente 002/2008 – CAP/PGUÁ; **V – ASSUNTOS GERAIS:** Neste item foram tratados os seguintes temas: **CE 016, 028, 033, 048, 052/08 – da Paranaguá Pilots Serviços de Praticagem Ltda. -** O Presidente esclareceu ao Plenário a razão pela qual decidiu trazer os problemas ao conhecimento de todos os Conselheiros, em especial porque considera que os assuntos: Estações Maregráficas, Flutuantes, Defensas e Baixos Fundos são preocupantes, diante das ocorrências mais recentes, trazidas ao CAP, por cópia de documentos remetidos à APPA. Disse que trazia esses problemas ao Conselho para que não se omitam responsabilidades futuras. Disse que a Estação Maregráfica auxilia nas medidas das marés, importantes para a elaboração das folhas de sondagem e, por fim, para a confecção de cartas náuticas. Se estiver caída, não está prestando o serviço para o qual existe. Por isso a Praticagem encaminhou esses documentos, pois precisa de segurança para trabalhar. Observando as informações da Praticagem, percebeu a existência de um protesto do Comandante do navio “YRIDA”, que não conseguiu atracar, em três tentativas, em três berços diferentes, por falta de profundidade. O Presidente disse que faz esse registro porque a situação, tecnicamente, o preocupa. O Conselheiro Calvo registra que o navio não estava fora do estabelecido, mas sim o berço, pergunta ainda se não há como tomar providências sobre os casos. O Presidente disse que está registrando em ata, primeiramente, pois as mesmas correspondências estão sendo encaminhadas para quem deve resolver o problema, no caso, a APPA. Conselheiro Ismael – Disse que a situação é preocupante porque o navio tocou o fundo na maré de sizigia, se fosse quadratura seria mais grave. Conselheiro Luciano – Informou que outros dois navios tiveram problemas semelhantes, na atracação. O Presidente pediu que se encaminhasse o assunto para a Administração do Porto, para que esta tomasse providências. Conselheiro Fayet – Disse que muitas das denúncias são anexas de encaminhamentos e pedidos de investigação. Saliu que cada um tem



responsabilidade individual e a obrigação de não serem omissos. As instituições que representa determinam que, em suas funções, tome todas as providências legais, independentemente de qualquer deliberação da autoridade. Não precisa de autorização, mas tem a obrigação de cumprir a lei. - **Ofício 078/08 – APPA** – O **Presidente** declarou que deixava de distribuir o documento aos Conselheiros pelo seu volume, mas que o manteria na Secretaria, à disposição dos interessados, porquanto ele trata de uma suposta falsidade documental e tem, em anexo, cópia da documentação encaminhada à Justiça contra um jornalista e um jornal da cidade de Curitiba; - **Ofício O17/2008 – GLO – Deputado Valdir Rossoni**, Líder da oposição – O **Presidente** deu ciência ao plenário da remessa desse documento, cuja cópia foi encaminhada a cada um dos Senhores Conselheiros. O Deputado o questionou sobre a veracidade de notícia publicada por um jornalista e pediu cópia da batimetria feita pela Praticagem e exibida na reunião anterior do CAP. O Presidente tinha informado à jornalista que a batimetria era confiável. - **Dragagem** - Tendo em vista que a solicitação feita pelo Conselheiro Fayet, a respeito da dragagem do porto deu entrada na Secretaria após o prazo regimental de elaboração da pauta, o assunto foi incluído entre os Assuntos Gerais. O **Conselheiro Fayet** disse que fez essa solicitação para ter informações claras, tendo em vista a responsabilidade solidária que possuem. Agregou outra informação que surge da Assembléia Legislativa do Estado, de irregularidades no Terminal de Álcool. Entende que é muito importante observar que esses recursos tanto destinados à dragagem, como destinados ao terminal e reparos, fazem parte de um componente tarifário com finalidade específica, conseqüentemente são recursos federais pela finalidade. É uma finalidade aceita pelo Tribunal de Contas. O **Conselheiro Daniel** disse que a respeito da dragagem, houve um chamamento a todas as empresas que adquiriram os editais na concorrência pública, todas oficiadas no sentido de fazerem novas propostas para uma possível dragagem emergencial. Dessas, apenas duas empresas protocolaram propostas, mas divergentes do que era pedido no Edital. Esse tema, segundo ele, está agora em nível de Governo do Estado, tanto que a MINEROPAR, empresa de mineração do Estado, com o apoio da Procuradoria Geral do Estado, está fazendo a alteração do seu objeto social. Disse entender que a dragagem é estratégica e que, por essa razão, vários portos no mundo possuem suas próprias dragas, acrescentando que o Estado também vê o problema dessa forma, o que, inclusive, já foi anunciado pelo Governador. Ressaltou que a APPA vive, atualmente, uma situação inexistente nos outros portos, ou seja, possui licença ambiental, recursos próprios, vontade e necessidade de dragar, mas não consegue dragar. Tem uma imensa necessidade de dragas. As dragas que estavam operando em portos vizinhos já estão contratadas para trabalhar em outros portos. Em sua opinião, o Brasil está debilitado em termos de draga. Reafirmou que o tema se encontra sendo tratado no âmbito do Estado e da APPA, com o sigilo julgado necessário. Comprometeu-se a trazer informações mais detalhadas na próxima reunião, não só desse assunto, como também a respeito do Terminal de Álcool, registrando que este, tecnicamente, está perfeito, mas que sua entrada em operação, hoje, é uma questão de mercado. Concorda que o Conselho tem o seu papel legal, mas reafirmou que cabe ao Tribunal de Contas do Estado fiscalizar as contas e a destinação dos recursos da Autarquia, juntamente com a ANTAQ, que também tem essa competência, e que ambos, até hoje, não fizeram qualquer impugnação por má gestão de recursos. Comprometeu-se, ainda, a providenciar uma explanação sobre o Orçamento da APPA aprovado para 2008, de modo a que todos os Conselheiros fiquem a par do que nele está previsto, em especial quanto aos investimentos programados. - **Demurrage** – O **Presidente** registrou suas preocupações com a desenvoltura com que muitas pessoas andam falando em demurrage no Porto de Paranaguá. Disse ele que, em se tratando de um conceito do Direito Marítimo, adotado internacionalmente, considerava prudente que as pessoas se informem sobre isso para

aplicar o termo corretamente e não confundi-lo com outros problemas, como, por exemplo, tempo de espera ao largo e deficiências operacionais em terra, como, falta de caminhões para a retirada de granéis sólidos. Comprometeu-se a enviar, por e-mail, a todos os Conselheiros, um texto bastante claro de que dispõe, sobre esse assunto. - **Apresentação sobre o Orçamento de 2008** - O **Presidente** solicitou que a APPA fizesse a apresentação da versão definitiva do seu Orçamento aprovado, até mesmo para dirimir dúvidas com relação ao problema da engorda da praia de Matinhos. - O **Conselheiro Bósio** deu conhecimento ao Plenário de que está participando do Grupo de Trabalho instituído pela Receita Federal e pela Pró-Comex, com vista à reformulação da Instrução Normativa SRF N° 175/2002, que trata da importação de granéis. O Conselheiro entregou ao Presidente o material de que dispunha sobre o trabalho desse Grupo, o qual estará à disposição dos interessados, na Secretaria do CAP - O **Presidente** externou os agradecimentos de todos ao Conselheiro Antonio Ricardo dos Santos que, por razões políticas, despediu-se do Conselho, nesta Reunião. Sem mais assuntos, o **Presidente** encerrou a Reunião, tendo eu Vítor Roberto Muller Bernardi  lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos demais Conselheiros.

Conselheiros:

Paulo Augusto Rocha de Vasconcellos 
 Rivaldo Pinheiro Dantas 
 Daniel Lucio Oliveira de Souza 
 Antonio Ricardo dos Santos 
 Carlos Alberto Silveira Calvo 
 Sandro Flores Monteiro 
 Edson César Aguiar 
 Jéferson Fernando Hining 
 Osmar Petersen 
 Carlos Antônio Tortato 
 Wilson Moraes da Silva 
 Ademir Scomasson 
 Zulfiro Antonio Bósio 
 Ismael Alves Pires Neto 
 Luiz Antonio Fayet 
 Juarez Moraes e Silva 
 José Roberto Almeida Corrêa 
 Luciano Cardoso Denardi 
 João Gilberto Cominese Freire 

Convidados:

CPPR - CMG Marco Antonio do Amaral Silva _____